

PARA ALÉM DO ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DOS CAMPOS PARCELARES: NOTAS PARA PENSAR A GEOGRAFIA AMBIENTAL E A ECOLOGIA POLÍTICA

Gabriel dos Santos Martinsⁱ

Mestrando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Nos perdemos enquanto saber privilegiado em busca da totalidade pelos conflitos que envolveram nossa crise de identidade? Essa é uma questão central que estrutura nossa rede de pensamentos. A busca por essa integralidade pode ser observada em movimentos recentes direcionadas de forma bastante interessante pela a perspectiva ambiental. No presente ensaio, propomos discutir os aspectos da nossa defesa por uma Geografia que considere a integralidade em sua complexidade, para além de perspectivas que tendem a considerar os campos independentes que mais fragmentam do que unem. Fazemos isso a partir da posição definida por Marcelo Lopes de Souza: a discussão sobre o enfoque da Geografia Ambiental articulada com a Ecologia Política para consolidar cada vez mais o que entendemos por uma ciência de positionalidades capaz de provocar rupturas das amarras tradicionais e, com isso, a promoção de um efetivo diálogo de saberes que contribua para a caminhada em busca da totalidade “dentro e fora” da Geografia. Mas pontuamos algumas ponderações com relação a esse movimento, por meio da dialética de Swyngedouw, onde entendemos que a Geografia Ambiental não pode ser visto como mais uma tentativa de defesa formal de um novo campo ou subcampo, esse enfoque não deve ser tratado apenas como interseção entre Geografia física e Humana, e sim, como parte integrante do todo da produção epistêmica geográfica, onde todas trabalham com objetos híbridos, mas por lentes discursivas diferentes, mas com o diferencial de se colocar, assim como a Ecologia Política, em profunda relação de diálogo.

Palavras-chave: Geografia Ambiental; Ecologia Política; Totalidade

Abstract

Do we lose ourselves as privileged knowledge in search of wholeness for the conflicts that surrounded our identity crisis? This is a central issue that structures our network of thoughts. The search for this integrality can be observed in recent move-

ⁱ *Endereço institucional:* Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.
Endereço eletrônico: gabrieldossantos@puc-rio.br

martins@yahoo.com.br

ments that are very interestingly directed by the environmental perspective. In the present essay, we propose to discuss the aspects of our defense for a geography that considers integrality in its complexity, as well as perspectives that tend to consider the independent fields that fragment rather than unite. We do this from the position defined by Marcelo Lopes de Souza: the discussion about the approach of Environmental Geography articulated with Political Ecology to consolidate more and more what we understand by a science of positionalities capable of provoking ruptures of the traditional tethers and, with that, the promotion of an effective dialogue of knowledge that contributes to the search for the totality "inside and outside" of Geography. But we point out some considerations regarding this movement, through Swyngedouw's dialectic, where we understand that Environmental Geography cannot be seen as another attempt to formally defend a new field or subfield, this approach should not be treated only as an intersection. between physical and human geography, and yes, as an integral part of the whole of epistemic geographical production, where they all work with hybrid objects, but through different discursive lenses, but with the differential of placing themselves, like Political Ecology, in a deep relationship of dialogue.

Keywords: Environmental geography; Political ecology; Totality

Introdução

O berço das intencionalidades pulsantes para a promoção da práxis criativa e efetiva pode ser considerada a esperança contida no interior da Caixa de Pandora, o único dom deixado nela após a sua abertura que dispersou na humanidade diversas mazelas emitidas por Zeus. A busca por esse dom permeia muitas vontades de pesquisadores entusiasmados a utilizar o conhecimento científico para a resolução das profundas crises demandadas pelo movimento da realidade, a esperança em um mundo regido por novas relações, novas sociabilidades, por outros padrões de ser-estar no mundo.

As possibilidades são inúmeras, os procedimentos, os métodos, as teorias e os conceitos nos direcionam à caminhos que evidenciam o esforço de muitos sujeitos que só pode ser realizado de forma efetiva, ao nosso ver, considerando as bases dialógicas do conhecimento científico e a integração de perspectivas (entre embates

e consensos), fomentado pelo diálogo de saberes. Essa é uma marca de posicionalidade/postura epistêmica que tensiona as tradicionais amarras científicas caracterizadas pelas metodologias e teorias do parcelamento, da fragmentação (heranças do positivismo de René Descartes, Isaac Newton, Francis Bacon).

Posicionalidade que, além de epistêmica, articula bases político-filosóficas para o encontro de renovados padrões que movimentam o aprimoramento do conhecimento científico, possibilitando aberturas e análises que promovam a horizontalidade dos discursos, o diálogo com os sujeitos, uma postura mais sensível e humana do fazer científico (SILVA, 2014), possibilitando um caminho mais sólido para a (nunca alcançável) totalização.

No caminhar do debate, nos perguntamos sobre os papéis assumidos pela a Geografia ao longo da sua história de evolução e aprimoramento indentitário enquanto campo do saber científico nessa perspectiva que endossa os rumos para pensarmos o método totalizador da realidade, visto que a própria essência de afirmação institucional da nossa disciplina passou (e podemos dizer que ainda passa) por questões que envolveram diretamente afirmações de método e de objeto científico (para a busca de afirmação de sua identidade própria), influências teórico-metodológicas da estrutura hegemônica da ciência, seja pelas ciências matemáticas e naturais (em determiando momento) e pelas ciências sociais (em outro momento) e que modularam os paradigmas de abordagem da Geografia, que conhecemos hoje como as “correntes de pensamento”.

Nos perdemos enquanto saber privilegiado em busca da totalidade pelos conflitos que envolveram nossa crise de identidade? Essa é uma questão central que estrutura nossa rede de pensamentos. A busca por essa integralidade pode ser observada em movimentos recentes direcionadas de forma bastante interessante pela a perspectiva ambiental, o qual iremos desdobrar de forma incipiente.

No presente ensaio, propomos discutir os aspectos da nossa defesa por uma Geografia que considere a integralidade em sua complexidade, a crítica filosófica para abarcar os objetos híbridos, tão caros à discussão ambiental no tempo presente. Para além de perspectivas que tendem a considerar os campos independentes que

mais fragmentam do que unem, nos propomos a defender a rede ampla composta pelas experiências da disciplina em sua história para abordagens diversas.

Fazemos isso a partir de uma posição definida por Marcelo Lopes de Souza (2018, 2019), a discussão sobre o enfoque da Geografia Ambiental articulada com a Ecologia Política para consolidar cada vez mais o que entendemos por uma ciência de posicionalidades capaz de provocar rupturas das amarras tradicionais e, com isso, a promoção de um efetivo diálogo de saberes que contribua para a caminhada em busca da totalidade “dentro e fora” da Geografia.

Mas pontuamos algumas ponderações com relação a esse movimento, por meio da dialética de Swyngedouw (2001), que promove uma crítica filosófica da realidade, onde entendemos que o enfoque da Geografia Ambiental não pode ser visto como mais uma tentativa de defesa formal de um novo campo ou subcampo, onde perderia o próprio sentido de integralidade (pontuações firmadas por Souza a qual reiteramos à luz das provocações de Swyngedouw).

Desse modo, o trabalho está dividido em duas partes integradas, onde 1) contextualizamos a crítica aos campos disciplinares parcelares como herança da consolidação científica moderna, pelo viés construído em Porto-Gonçalves (1989) e Morin (2005); para 2) discorrer sobre as possibilidades de defesa da Geografia Ambiental à luz de associação com a Ecologia Política com a dialética de Swyngedouw (2001).

O estatuto epistemológico dos campos parcelares: para contextualizar

Diversos campos de defesa surgem consolidados por cabedais teóricos explicativos acerca do vem a ser o estatuto epistemológico da Geografia na contemporaneidade. A discussão é integrada sobre as teses da identidade disciplinar, emergindo aspectos norteados acerca do objeto de pesquisa da ciência geográfica.

São pautas que se mostram mais para fragmentar do que reuniões de ideias com o objetivo de agregar, ao campo do saber, instrumentais e referenciais capazes de formular a integração das perspectivas. A crise de identidade da geografia é

transmutada em esforços de diversos autores da história do pensamento da disciplina pela a busca de uma coerência analítica e interpretativa da realidade.

Defesas do estatuto epistemológico mas que, em termos pragmáticos, são nos apresentados como campos, olhares específicos acerca da realidade. Nesse processo, a escolha por dada autonomia tende a condicionar a visão parcelar da realidade imanente, esta que nem a reunião de todos os deuses dos 4 cantos do mundo, entre variadas culturas, conseguiria fragmentar, parcelar, em diversas nuances e processos ao belo gosto das intencionalidades divinas. Mas a grandeza do brilho das luzes da modernidade cegou os homens, provocando o distanciamento de sua humildade, o antropocentrismo e a divisão proposta pelo método científico cartesiano pretendeu fragmentar a realidade e a desafiar/desvelar os fenômenos naturais para a tentativa da constituição das ordens soberanas da humanidade. Por isso mesmo falarmos em intencionalidades reducionistas da realidade, em cisões entre o que muitos designam como sociedade e natureza.

Porto-Gonçalves (1989, p. 33) ressalta dois aspectos da filosofia cartesiana que marcam a modernidade:

1º) o caráter pragmático que o conhecimento adquire – “conhecimentos que sejam muito úteis à vida em vez dessa filosofia especulativa que se ensina nas escolas”. Dessa forma, o conhecimento cartesiano vê a natureza como um recurso, ou seja, como nos ensina o Dicionário do Aurélio, um meio para se atingir um fim, e 2º) o antropocentrismo, isto é, o homem passa a ser visto como o centro do mundo; o sujeito em oposição ao objeto, à natureza. O homem, instrumentalizado pelo método científico, pode penetrar os mistérios da natureza e, assim, torna-se “senhor e possuidor da natureza”.

Esse sistema (constituído pelas relações econômicas de produção e de saberes) é referência significativa para a constituição do *paradigma disjuntivo* (MORIN, 2005), que reduz, simplifica e particulariza as relações entre parte/todo – indivíduo sobre a coletividade, sociedade sobre a natureza. Segundo Morin (*ibidem*), o método científico, com seus princípios de explicação, tendia a reduzir o conhecível ao manipulável, ao observável, tendo como referência a perda da complexidade ao simplificar os objetos e áreas em partes. Nesse paradigma, se faz necessário a especialização, a redução, a delimitação das coisas, o que traz a marcante característica do conhecimento especializado, desvinculado das relações do todo, mas

Os princípios ocultos da redução-disjunção que esclareceram a investigação na ciência clássica são os mesmos que nos tornam cegos para a natureza ao mesmo tempo social e política da ciência, para a natureza ao mesmo tempo física, biológica, cultural, social, histórica de tudo o que é humano. Foram eles que estabeleceram e são eles que mantêm a grande disjunção natureza-cultura, objeto-sujeito (MORIN, 2005, p. 30).

Processos que marcam as nossas estruturas científicas na contemporaneidade, e claro, a geografia nessa confusão sistemática. Internamente, de tão fragmentada e recheada de propostas para o seu estatuto, que esquecemos de reversionar a sua evolução, seja em sua institucionalização no século de XIX, ou até antes disso, com as teses filosóficas e matemáticas do entendimento do mundo antes da sua consagração disciplinar.

Mas a evolução da Geografia já denota concepções e perspectivas que alguns trabalhos de hoje e da últimas décadas resgatam, retratados como inéditos, e além disso, como ideias revolucionárias para ler, interpretar e analisar a realidade, atribuídas à concepção de totalidade e complexidade do espaço. Milton Santos (2006) defende a indissociabilidade dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, propondo a natureza do espaço em sua obra célebre, denotando os atributos da complexidade da realidade e a produção do espaço, pois afirmava que o objeto da disciplina não estava ainda esclarecido e evidenciado.

Mas em âmbitos de aproximações mais filosóficas de formulação da institucionalização da Geografia, tal perspectiva já era esboçada na estética romântica dos textos de Humboldt, de uma ciência, como aborda Souza (2018), que já nasce com uma pretensão ambiciosa, na interseção das ciências humanas e naturais, homem e meio, pretensão essa que no tempo presente, para o autor, se revela como um fardo.

Souza (2018) continua sua defesa quando comenta que a antropogeografia (consagrada por Ratzel) revelou enorme interesse aos aspectos das “bases físicas” (relevo, clima, solos, fauna e flora), bem como a perspectiva regional de La Blache, com os gêneros de vida, não configurando a separação entre as dimensões sociedade-natureza. Apesar das críticas acerca do escamoteamento político-ideológico que

Souza faz a tal perspectiva, ainda há de se considerar o caráter mais integral dos trabalhos de La Blache.

A compreensão de totalidade, do holismo, se mostra vívida na defesa de um campo de saber com bases na formulação de princípios teórico-metodológicos. O objeto de pesquisa está presente, a descrição e análise promovendo a proximidade com a complexidade da realidade está esboçada em estruturas metodológicas, ou seja, a afirmação de que a geografia não teve objeto e método bem definido antes da fase da geografia crítica, se faz de grande equívoco.

O não (adequado) revisionismo da nossa história promove essa tendência observada atualmente, a defesa dos estatutos, que mais direcionam a enfoques parcelares da realidade, contribuindo ainda mais para (agora sim) uma verdadeira crise de identidade do campo disciplinar, tendência que pode promover desvalorizações com todo o potencial da disciplina e, com isso, consolidar uma concepção de que a Geografia em nada contribui para o aprimoramento intelectual que se debruça ao real, seja pelo o aprimoramento teórico ou pelo seu poder de intervenção prática para a resolução das diversas problemáticas postas nos domínios da vida.

Corroboramos com Moreira Jr e Sobrinho (2017, p. 197) quando criticam a tendência que há de cimentarmos paradigmas teóricos estabelecidos entre os autores clássicos, sem uma adequada revisão de seus escritos, com a retirada de citações sem contextos para o enquadramento desleal dos autores em caixinhas epistêmicas, vide a histórica relação entre a geografia possibilista x determinista.

A histórica do pensamento geográfico pode ser recontada superando-se o seguinte mito: “Ao determinismo ambiental contrapõe-se o possibilismo, ambos formando os polos opostos de um espectro dicotômico que vai da determinação fatal do ambiente e consequente falta de arbítrio humano, à passividade do ambiente e plena deliberação humana ancorada numa tudo-é-possível liberdade e numa autonomia ilimitada que dispõem de técnicas milagrosas para superar qualquer obstáculo imposto pelo meio físico”. Contrapondo-se a este mito, o verdadeiro fato que foi possível levantar a partir da pesquisa e das leituras foi que o possibilismo não se constitui numa antítese do determinismo ambiental e não existe tal dicotomia, determinismo/possibilismo, senão nas ideias de intelectuais que pecaram por uma releitura simplista e tendenciosa de autores “deterministas” como Ratzel, Semple, Huntington, e de autores “possibilistas” como La Blache, Brunhes e Le Febvre.

A Geografia tende a ganhar muito mais se saímos da luta por novas determinações à fragmentações por defesas de enfoques diversos e passarmos ao intento de melhor revisar o que muito os clássicos contribuíram, para além apenas do esforço da crítica dos autores que viveram em determinado tempo histórico, aprender com suas incurções teórico-metodológicas para avançar, agregando, reunindo perspectivas de gestão e planejamento, de ordenamento territorial vinculado à constituição da reprodução de espaços mais socialmente justos, menos desiguais, sem a força máxima do impulso mercadológico que privatiza a vida e os seus enlances cotidianos, ou seja, de um aparato onde a primazia do bem-estar coletivo seja a articuladora de projetos multiescalares.

Pensar na continuidade do nosso projeto de evolução para o melhoramento, no campo da nossa disciplina, sem esquecermos da grande unidade complexa e suporte que o conjunto da Geografia suplanta, e muito menos, sem esquecermos da pergunta fundamental: a que serve o meu conhecimento/pesquisa?

Não seria unicamente voltar no tempo, como concordamos com Souza (2018, p. 292), o retorno *per si* da tendência que institucionalizou a geografia, com enfoques mais ligados aos temas híbridos, esses que perderam o prestígio após a consolidação das perspectivas verticais entre os anos 60 e 70 do século passado. O autor supracitado comenta que,

agora, se vislumbra a necessidade de voltar a prestigiar tais temas e problemas “híbridos”, isso há de se dar em novas bases: não é possível cogitar voltar no tempo. A velha dívida, pendente ainda, precisa ser questionada, sem que, não obstante, isso signifique voltar as costas para o desafio de promover um radical “diálogo de saberes” internamente ao próprio campo disciplinar. Muito embora vários geógrafos, em diversos países, da Alemanha ao Brasil, nunca tenham abandonado inteiramente o gosto por investir em análises integradas que desafiassem as Geografias “Humana” e “Física” “puro-sangue”, a marginalidade desses esforços, nas décadas de 1980 e 1990, era patente.

Sabemos bem que essa tarefa posta no horizonte de realização ainda pode ser considerada utopia (nao desmerecendo aqui o potencial dessa palavra), e que os

direcionamentos para tal se fazem de um curso simples, é complexo por si só (considerando as estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais) e justamente por isso falar em Geografia de campos e subcampos, fragmentadas, parcelares, não nos basta.

Defendemos o que Suertegary e Paula (2019) sugerem como uma Geografia da totalidade, estabelecida pela a estratégia analítica de de redefinição e uso das categorias de localização (tratamento das multiescalas de análise), diferenciação (importando as pluralidades), distribuição (questões postas referente à distribuição, na sua dimensão espacial, que envolvem a diferença do acesso à riqueza) e de conexão (o “tecer juntos” diferenças das dimensões compostas pela a Geografia na busca de totalidade).

Na próxima seção do trabalho aproximamos essas categorias redefinidas por meio da articulação que envolve a defesa da Geografia Ambiental por Souza (2018, 2019) com a Ecologia Política.

Possibilidades transcendentais: Geografia Ambiental e Ecologia Política

Entre rupturas e consensos, e dentro das comentadas acima, a formulação do enfoque ambiental é posto na discussão, ora como esse que tende a promover o conjunto, a justaposição e a reunir o esforço da integração entre os campos das ditas geografia humana e física, ora como mais uma parte parcelada da geografia, tendência que acompanha o senso comum (midiático) do meio ambiente stricto senso aos fenômenos físicos. Souza (2018) defende que, na geografia, a consolidação do campo ambiental acompanha a revalorização das análises integradas, movimento observado no fim do século XX e início do XXI, denominado por ele como Geografia Ambiental.

O autor supracitado pontua (2018, p. 295) muitas considerações na defesa desse enfoque, deixando claro que:

Em primeiro lugar, creio ser básico o reconhecimento de que a Geografia Ambiental deve ser tratada antes como um enfoque (ou “olhar”) que como um subcampo ou ramo. Geógrafos com as mais diversas origens e experiências de pesquisa (pesquisa agrária, urbana, geomorfológica...) podem e devem colaborar com o esforço coletivo de construir objetos de conhecimento “híbridos”. Em segundo lugar, convém salientar que a Geografia Ambiental não pode e não deve pretender confundir-se com o conjunto da disciplina. Sua vocação é mais modesta: a partir da Geografia, resgatando as suas tradições e seu acervo de conceitos e abordagens, acumulado ao longo de gerações, contribuir para elucidar os problemas que nos afligem ao compreendermos os desafios que envolvem a chamada “questão ambiental” ou “crise ecológica”, em várias escalas. Com base em uma compreensão ampla e não mutilada do conceito de ambiente e convocando igualmente outros tantos conceitos do arsenal geográfico (como território e lugar), a Geografia Ambiental almeja ser a chave-mestra com que os geógrafos podem ter acesso aos e contribuir com os debates que cercam atualmente a Terra como morada humana.

E além, o autor argumenta que há de se considerar a Geografia Ambiental como um conjunto interseção entre a Geografia física e a Geografia Humana nos nossos marcos epistemológicos, teórico-conceituais e metodológicos, considerando a proposta de defesa da bipolaridade epistêmica, essa que não necessariamente endossa visão dualista e dicotômica, mas sim, a consideração da diversidade de propostas e conjuntos teórico-metodológicos dentro da Geografia.

Outra pontuação que o autor faz se refere ao domínio e abrangência da Geografia Ambiental em interlocução com outras disciplinas, afirmando a particularidade dessa dentro do próprio cabedal teórico-metodológico da geografia, e não fora dela, como se faz a Ecologia política.

Diferentemente, digamos, da Ecologia Política, a Geografia Ambiental não surge como um campo científico(-político) interdisciplinar; ela nasce a partir da Geografia, e se explica à luz das particularidades e idiosincrasias da história da Geografia. Ela é uma tentativa dos geógrafos de formação de ajustarem contas com seu passado e reinventarem seu futuro profissional (*ibidem.*, p. 294)

Entendemos as preposições de Souza, que formula seus argumentos mais considerando as teias pragmáticas da constituição da Geografia no tempo presente, ou seja, a consideração e defesa de uma ciência bipolar epistemologicamente, e a Geografia Ambiental como esse enfoque a evidenciar esforços de análises integra-GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 36-54, jan.-jun. 2019

das, os objetos híbridos, vide que esse esforço não parte de todos os autores e autoras com a grande variedade de pesquisa posta nos circuitos acadêmicos. Sim, de fato. Tal cisão existe e em termos práticos concordamos com o autor que o problema não reside nisso, pois a diferença nos pode proporcionar grandes riquezas com base no princípio dialógico. A integração teórico-conceitual e metodológica podem se mostrar em grande domínio, mas os objetos não podem ser considerados da mesma forma.

Partindo de uma defesa filosófica de compreensão da realidade, nenhum objeto à luz de formulações teóricas pode ser dividido nas caixinhas pragmáticas dos conhecimentos, todos são híbridos, articulados em uma dialética pulsante entre o sociofísico. Assim, a formulação didática entre dois campos (geografia física e humana) com uma interseção posta pela Geografia Ambiental, simplificaria por demais a potência desafiadora desta, já que não partimos de uma definição simplista do conceito de ambiente, este que já é dotado de complexidade, articulações e interações de processos diversos em variadas escalas.

A definição e diferenciação dos campos e subcampos se faz mais pelo o esforço dos cientistas do que o clamor da realidade para tal, não podemos negar tais segmentos já consolidados e que muitos autores optam por determinado campo do que outro por suas aptidões em construções. A elaboração dessa perspectiva pode ser encontrada no esforço de Swyngedouw (2001), o qual iremos nos debruçar brevemente.

A hibridização é tratada por Swyngedouw à luz dos objetos denominados por Haraway (1991) de ciborgues, articulação dada também pelos “quase objetos” de Latour (1993), “são eles intermediários que corporificam e medeiam natureza e sociedade e tecem uma rede de transgressões infinitas e espaços fronteiriços” (SWYNGEDOUW, 2001, p. 100). O autor supracitado utiliza essa noção para a sua caracterização e defesa filosófica da cidade, a designando como uma rede de processos entrelaçados, em um mesmo plano, humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos, o conjunto do todo, onde não cabe falar apenas em integração, justaposição, relação, por não serem dimensões isoladas que estariam em um determinado momento histórico sendo embricados em determinado espaço.

Apesar de ser uma formulação dada à cidade (na obra específica citada aqui), podemos utilizar os argumentos do autor e expandir nossos olhares à tentativa de caracterização do ambiente, que é ao mesmo tempo natural e social, real e fictício, produção e produto, imaginário, prática e discurso. Produção do conceito de socio-natureza, defendida pelo o autor.

Em sua teorização da socionatureza, Swyngedouw vai no cânone marxista na alegação que as relações sociais operam metabolizando o meio ambiente “natural”, “por meio do qual tanto a sociedade quanto a natureza são transformadas e novas formas socionaturais são produzidas” (p. 102), teses que comportam o estudo das relações do trabalho, de produção e apropriação metabólica da natureza, o que não se resume nisso, pois Marx, segundo Swyngedouw, insistiu na formulação ideológica da noção de natureza pela sociedade e ciência burguesas.

A análise de Swyngedouw tende a superar a perspectiva marxista (no sentido de releituras que promoveram formulações mais abrangentes pelas as demandas postas na contemporaneidade), pois a análise marxista tende a considerar a vida social externa aos processos naturais, ao considerar a natureza como o substrato “para o desenrolar das relações sociais, especialmente das relações de trabalho” (p. 103). Swyngedouw (2002, p. 105) prega o domínio da socionatureza, se referindo ao mundo

como um processo histórico-geográfico de perpétuo metabolismo no qual no qual processos sociais e naturais se combinam num processo de produção de socionatureza histórico-geográfico cujo resultado (natureza história) incorpora processos químicos, físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais de maneiras altamente contraditórias mas inseparáveis. Todo corpo e coisa são um ciborgue, um mediador – parte social e parte natural, mas sem fronteiras delineadas -, e internalizam as múltiplas relações contraditórias que redefinem, retrabalham todo corpo e toda coisa.

Inicialmente, é uma perspectiva que pode nos assustar, pois contrasta com toda a estrutura científica que nos foi apresentada com o projeto da modernidade. E o que paira é como poderemos exercer, em termos práticos, a operacionalização da pesquisa geográfica com modelo que tende a ser tão totalizador. O choque vem dos abalos das nossas zonas de conforto, de uma formulação que tende à agre-

gar os diversos fenômenos, instâncias e escalas frente às nossas caixinhas confortáveis que estão apresentadas de forma fragmentadas, por campos diversos.

Swyngedouw (2001, p. 112) utiliza um exemplo que inicialmente parece banal, mas que se torna, com o desenrolar de sua trama, extremamente complexo: beber um copo d'água de um hidrante localizado em Nova Iorque.

Beber água do hidrante combina a circulação de capital produtivo, mercantil e financeiro com a reprodução de renda fundiária e suas correspondentes relações de classe; a transformação ecológica de complexos hidrológicos e o processo bioquímico de purificação com a sensação libidinosa e a necessidade fisiológica de beber líquidos; a regulação social do acesso à água.

Essa análise não vem de forma ingênua, está embasada por concepções crítico-filosóficas acerca da compreensão da realidade entre fluxo, processo e dialética, premissa advinda de Lefebvre (1991), pois para o autor supracitado, apreender o espaço ou a socionatureza “a partir de uma perspectiva dialética e emancipatória implica construir múltiplas narrativas que revelam práticas materiais, representacionais e simbólicas”. Além da complexidade atribuída à revelação de tais instâncias, ainda há de se considerar que “cada uma tem uma série de características particulares e internaliza as relações dialéticas definidas pelos outros domínios, sem que nenhuma delas, contudo, possa ser reduzida às demais”.

Tal concepção lefebvreviana trazida por Swyngedouw (p. 109) deve ser entendida e formulada com a primazia ontológica do processo e do fluxo, interiorizados nos processos produtivos gerais, condicionados e condicionantes dos movimentos, transgressão, dinâmica e transição. Ou seja, com a articulação dessa defesa, não podemos nos contentar apenas com esquemas baseados em interseções, domínios que tendem a perpetuar segmentações e fragmentações no conjunto das ciências, principalmente com a geografia.

O ambiente comporta a totalidade, as interações abertas nos processos de produção que internalizam e externalizam redes em fluxos, relações dialéticas definidas em vários outros domínios comportando conjuntos variados, a socionatureza em seu processo de devir, em transgressão constante. As práticas representacionais comportam os momentos, o situacionismo de determinadas perspectivas, e

Para além do estatuto epistemológico dos campos parcelares

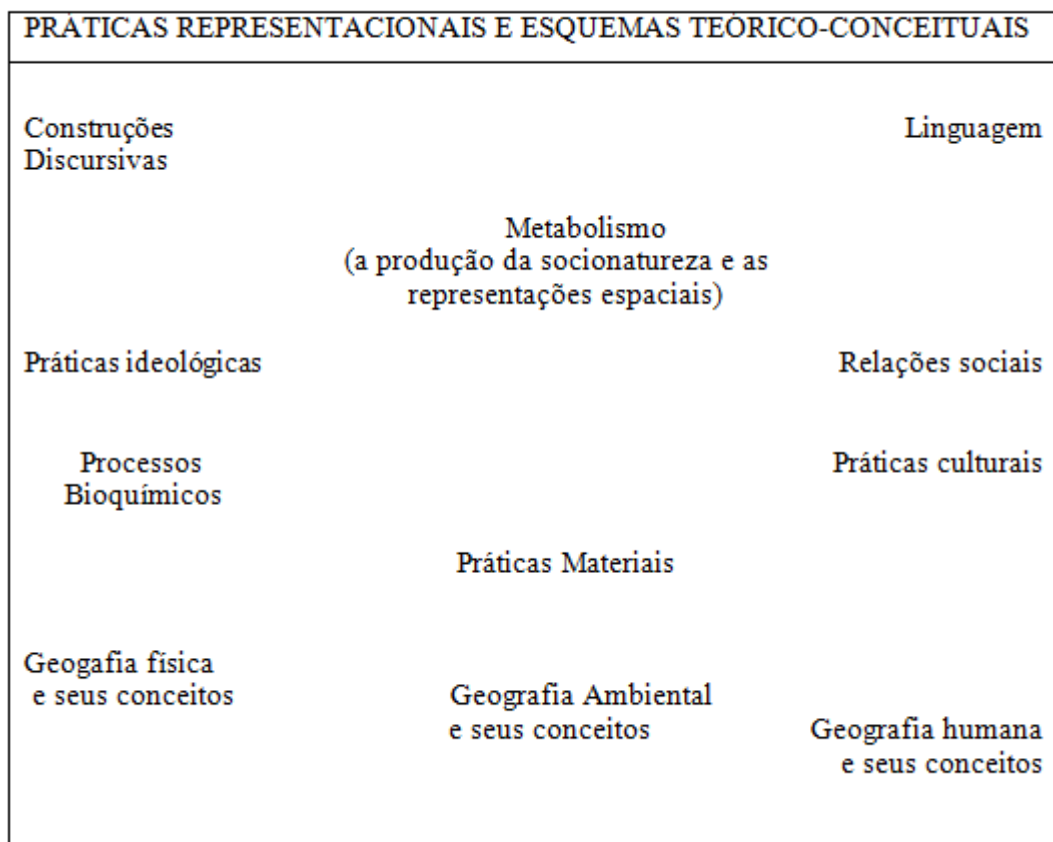
Gabriel dos Santos Martins

estarmos verdadeiramente cientes disso muito nos auxilia para o desenvolvimento de nossas pesquisas.

Com base nisso, entendemos onde pode se enquadrar a Geografia Ambiental (com base em nossa defesa e proposta de coerência), prática e construção discursiva, não uma interseção entre Geografia física e Humana, mas parte integrante do todo da produção epistêmica geográfica, onde todas trabalham com objetos híbridos, mas por lentes discursivas diferentes.

Podemos pensar, com o suporte do esquema de Swyngedouw (2001, p. 109), no seguinte esquema que comporta a produção da sacionatureza e o cabedal analítico da geografia enquanto uma unidade representativa que engendra, nas diálicas internas, diversas outras unidades representativas, onde nenhum componente é redutível ao outro, apesar do processo intrínseco dialético.

Produção da sacionatureza na Geografia



O esquema nos situa em nossas defesas, sem, contudo, simplificar a construção do debate, considerando a grande diversidade e preposições articuladas com os grandes campos geográficos. Entre Swyngedouw (2001) e Souza (2018), retiramos quase que um consenso da utilização da Ecologia Política como o campo conjunto interdisciplinar para o trabalho das questões pertinentes ao ambiente, e um direcionamento para solucionar ainda mais as saídas às fragmentações, as camisas de força que nos fecham em domínios fechados (seja dentro do campo disciplinar da Geografia ou fora dele). Pauta sobre a qual se debruça Souza (*ibidem.*, p. 301) quando defende a Ecologia Política e suas relações intrínsecas à Geografia Ambiental

Encarada a partir de um ângulo estritamente da pesquisa acadêmica, a Ecologia Política admite ser entendida como um campo de conhecimento interdisciplinar que lida com os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.), em marcos histórico-geográfico-culturais concretos e específicos [...].

Como se isso não bastasse, a Ecologia Política, por seu acúmulo de discussões e por sua riquíssima trajetória, pode auxiliar os dois macrotipos de geógrafos pesquisadores, “humanos” e “físicos”, a temperarem seus saberes, superarem suas limitações (mesmo que apenas em parte) e abandonarem seus preconceitos.

O aporte de uma nova identidade de formulações epistêmicas, que surge justamente para refutar as caixinhas tradicionais de conhecimento, com o emprego de renovadas concepções teórico-metodológicas, colocando em cheque, também, o prestígio da academia como único e privilegiado lócus de saber (o que engendra as perspectivas decoloniais no plano do debate, evidenciando os conflitos entre poder-saber, o eurocentrismo e as resistências territoriais), fornece bases sólidas e concretas para a evidência do papel da Geografia (em concretude e complexidade integrada) ao lidar com os objetos híbridos, com a produção da socrionatureza.

A defesa da Ecologia Política parte da luta pela a criatividade epistêmica, pela a capacidade dialógica, entre articulações e efetivas reinvenções de paradigmas estabelecidos por meio do esforço interdisciplinar e pela crítica fisológica das estruturas político-econômicas para o enfrentamento das crises ecológicas. Swyngedouw (2001, p. 108) faz a defesa desta pois

a ecologia política é uma episteme de base processual em que nada é fixo ou, mais exatamente, a fixidez é um breve momento que pode nunca ser apreendido em sua inteireza, uma vez que os fluxos destroem e criam, combinam e separam perpetuamente.

Acreditar que a fixidez é um breve momento nunca a ser apreendido em sua inteireza nos coloca em uma (e pertinente) posição de humildade a acreditar que o movimento é constante, provocando o trabalho árduo de aprimoramento de pesquisadores, movimentos sociais, comunidades, lideranças populares. E ainda mais eficaz quando há o agrupamento de todas as forças representativas que emanam de variadas mobilizações e resistências ambientais, postura evidenciada pela a Ecologia Política, que deve ser forjada não apenas pela a primazia dos conhecimentos acadêmicos, induzindo posturas dialógicas e emancipadoras acerca do fazer-ciência. Concordamos com Souza (2018, p. 301) quando tece que

Mesmo quando inscrita no âmbito acadêmico como campo de pesquisa e ensino universitários, a Ecologia Política é um saber que, tipicamente, ambiciona promover um encontro (no sentido forte do inglês *encounter*) entre o saber acadêmico (seja o científico, seja o filosófico ou ensaístico) e os “saberes populares”/“saberes vernáculos” extraídos do mundo cotidiano dos agentes sociais e frequentemente derivado de experiências de resistência e conflito. Assim, não é à toa que a politização crítica do saber de tipo “ecológico” promovida pelos que se dedicam à Ecologia Política tem sido uma via privilegiada para problematizar um sem-número de situações-chave, da maior importância para a justiça social e a qualidade de vida (ou o “bem viver”).

Exatamente por isso a opção de articular a Ecologia Política com o aporte conceitual da Geografia, ao nosso ver, se torna muito fortuito para o auxílio de lutas e demandas de movimentos e mobilizações sociais, nas bases da identificação dos processos de injustiças ambientais para o tratamento coletivo e participativo das problemáticas que envolvem o território, pois etendemos que a autonomia comunitária fornece subsídios mais concretos para planejamentos territoriais que visam considerar o bem-viver da comunidade, suas demandas específicas, suas articulações, a valorização dos seus atributos materiais e imateriais, em suma, pela a valorização da autonomia dos sujeitos.

É um plano de discussão que promove a multiescalaridade, com a valorização da potência das resistências para além do enfoque à escala global (e a sobrevalorização do metadiscurso da globalização), mas sim, pela a articulação de mobilizações que são transmutadas pela a interação e a confluência de diversas escalas.

Considerações finais

Em vias de finalizar a proposta que endossamos, cabe reitar a lembrança que os objetivos foram aproximativos e em vias de articular um debate para promoção de aberturas ao diálogo, ao aprofundamento das questões aqui postas.

Pontuamos enfaticamente o compromisso com a posicionalidade analítica que busca a ruptura epistêmica que visa, cada vez mais, a busca por métodos e teorias mais totalizantes. Devemos ter claro em mente que esse é um intento que tensiona o movimento do devir, das possibilidades, pois a realidade não é tangível de forma integralmente fiel à luz da teoria. Mas se mover a esse horizonte já demonstra grandes avanços dentro e fora da Geografia, e um que podemos citar está na consideração de valorização dos diversos sujeitos para a reprodução dos espaço.

Deixamos pontuado, também, que a busca pela a integralidade não é um movimento recente, vide o devido revisionismo da história do pensamento geográfico, em autores clássicos que já compunham a estética holista em suas obras. A crise de identidade da Geografia não nasce com ela, mas se constitui entre as crises de legitimidade de adaptação molduradas pelas perspectivas dos pesquisadores, na forma de afirmar novas lentes de interpretações, provocando a consolidação de campos e subcampos. Ou seja, o que se configura em crise de identidade parte de representações simbólicas e discursivas que moldam metodologias e teorias.

A Geografia Ambiental pode ajudar a romper esquemas fechados, mas não sendo tratada apenas como uma interseção entre Geografia física e Humana, e sim como parte integrante do todo da produção epistêmica geográfica, onde todas trabalham com objetos híbridos, mas por lentes discursivas diferentes, mas com o diferencial de se colocar, assim como a Ecologia Política, em profundo relação de diálogo.

O rumo da totalidade é que não pode ser perdida, seja dentro dos que defendem uma Geografia física, humana ou ambiental (dentro dessas das diversas lentes interpretativas que cada uma compõe e dispõe).

Referências Bibliográficas

CARVALHO JUNIOR, Ilton Jardim de; SOBRINHO, Aparecido Pires de Moraes. A perpetuação de mitos no pensamento geográfico: A idéia das influências ambientais e a falsa dicotomia determinismo/possibilismo. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p.164-197, V.13, n.22, set./dez. 2017.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

SOUZA, Marcelo L. O que é Geografia Ambiental? **AMBIENTES. Volume 1, N. 1, 2019, pp. 14-37.**

_____. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 2, p. 274-308, mês. 2018. ISSN 2179-0892.

SUERTEGARY, Dirce M. A.; PAULA, Cristiano Q. de. Geografia e questão ambiental, da teoria à práxis. **AMBIENTES. Volume 1, N. 1, 2019, pp 79-102.**

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: Natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”. In ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Ed. Lamparina, 2001. p. 99-120.

GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 36-54, jan.-jun. 2019

Para além do estatuto epistemológico dos campos parcelares
Gabriel dos Santos Martins

Recebido em 14 fev. 2018

Aceito em 9 mar. 2018.